REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. **Educação Infantil:** creches: atividades para crianças de 0 a 6 anos. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1995.

ALMEIDA, P. N. **Educação Lúdica – Técnicas e Jogos Pedagógicos**. 11ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2003.

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**: os jogos e os parâmetros curriculares nacionais. Campinas: Papirus, 2005.

BARBOSA, M. C. S. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: 1997.

_____. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei 8.242, 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. (Série fontes de referência. Legislação; n.36). 2001.92p.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil /** Ministério da Educação e do Desporto, Secretária da Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, v.3, i.L,1998.

BOMTEMPO, E. A brincadeira de faz-de-conta: lugar do simbolismo, da representação, do imaginário. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (orgs). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação** – São Paulo. Cortez, 5° ed., 2001, p. 57-70.

BUENO, S. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. SP. Didática Paulista, 1999.

DIAS, M. M. Metáfora e pensamento: considerações sobre a importância do jogo na aquisição do conhecimento e implicações para educação pré-escolar. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (orgs). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação** – São Paulo. Cortez, 5° ed., 2001, p. 45-56.

FRIEDMANN, A. **O direito de brincar**: a brinquedoteca. 4. Ed. São Paulo, Scritta, Abrinq, 1992.

_____. **A Importância de Brincar**. Diário do Grande ABC, 26 de setembro de 2003, Santo André, SP.

GOMES, C. L. (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a Educação**. Infantil. In: Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação – São Paulo. Cortez, 5° ed., 2001, p. 12-40.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**. 2. Edição, Campinas, São Paulo- SP, Editora Papirus, 1997.

MOYLES, J. R. Só Brincar? **O papel do Brincar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento**: um processo sócio histórico. São Paulo, Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Vera B. **O Brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.

SOLER, R. **Jogos cooperativos para a educação infantil**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem, desenvolvimento e linguagem**. 2. Ed. São Paulo: Ícone, 1998.

VYGOTSKY, **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores, São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WAJSKOP, G. **Brincar na Pré-Escola**. São Paulo: Cortez, 1995.

A inclusão de alunos surdos nas escolas oficiais de são paulo

Vânia Bicudo Bueno

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é elucidar o sentido da inclusão, como inovação, tornando-o compreensível, aos que se interessam pela educação como um direito de todos, que precisa ser respeitado. Pretendemos também demonstrar a viabilidade da inclusão pela transformação geral das escolas, visando a atender aos princípios deste novo paradigma educacional.

Será apresentada a necessidade da utilização da Língua de Sinais na Rede Regular de Ensino e das dificuldades encontradas na inclusão do aluno Surdo nesta mesma rede, tal como, a falta de preparação dos educadores e a falta de conscientização da sociedade num todo. Foi utilizada pesquisa bibliográfica além de discussões recentes que tratam do assunto, pois o aspecto principal

da pesquisa refere-se á forma de comunicação utilizada pelos alunos surdos, sendo que a comunicação adequada é da Língua de Sinais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Inovação. Formação.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será abordado o termo inclusão, que tem sido, em muitos casos, depreendido de forma errônea, apenas como inserção com outros e ponto final. A inclusão é antes de tudo um procedimento de autoanálise, de vasculhar no outro o que ele tem a nos oferecer, a forma como vê a vida, as coisas e as pessoas. Em uma atmosfera inclusiva, todos os atores sociais são diferentes em busca de objetivos comuns, somos destinados ao mesmo insucesso, mas também possuímos a dimensão de realizações em grupo se todos se unirem por um lugar comum a todos.

Quando o assunto é inclusão, não podemos esquecer as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos e de sua participação, como cidadãos. Temos a necessidade de levar em conta os distintos modos de vida, que perpassam desde as condições materiais até as formas de sistematização presentes em cada grupo.

No decorrer desta pesquisa será tratada a função da escola, da família e dos professores em relação ao surdo de maneira real e concreta. Assim, falar sobre um surdo abstrato, como se essa palavra pudesse dizer tudo desse ser humano, remete a uma caracterização clínica, orgânica. Os surdos são pessoas que possuem diferentes formas de vida material e representam diferentes papéis sociais. Não se pode negar que, sem um aspecto imprescindível ao ser humano – a linguagem torna-se difícil abordar aspectos gerais e particulares das relações humanas.

A pesquisa perscrutará sobre a inserção do surdo na sociedade e o processo de construção social a qual este será sujeitado, a ênfase na importância da formação docente para uma verdadeira inclusão social das pessoas surdas, com o objetivo de participação social efetiva, as escolas precisam organizar-se, considerando três critérios: a interação através da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares e a relação conteúdo cultura surda e o sucesso do surdo a sociedade quando tem seus direitos respeitados.

1. CONCEITUANDO A INCLUSÃO

Frente às mudanças evolutivas da sociedade, nasce uma nova dinâmica, a da inclusão, resultado de uma visão social, de um mundo que zela pela democracia, no qual há necessidade de respeitar direitos e deveres. A limitação da pessoa não faz seus direitos diminuírem: são cidadãos e integrantes da sociedade como qualquer outro. É o momento da preparação da sociedade para lidar com a diversidade humana.

A sociedade inclusiva é aquela que se abre a todos, que estimula a participação de cada um e aprecia as diferentes experiências humanas, e reconhece o potencial de todo cidadão, por isto o respeito ao próximo não importando o sexo, a idade, as origens étnicas, a opção sexual ou as deficiências é primordial.

O principal objetivo desta sociedade é oportunizar igualdade para que cada ser seja autônomo e autodeterminada. Destarte, a sociedade inclusiva é democrática, legitima todos os seres humanos como livres e iguais e com direito a exercer sua cidadania. Ela é, portanto, fraterna: busca todas as camadas sociais, atinge todas as pessoas, sem exceção, respeitando-as em sua dignidade. Mas, para que uma sociedade se torne inclusiva, é preciso cooperar no esforço coletivo de sujeitos que dialogam em busca do respeito, da liberdade e da igualdade.

Segundo o Parecer n. º 17/2001 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001), instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, pode-se considerar como alunos com necessidades educativas especiais aqueles que:

> apresentam, durante o processo ensino-aprendizagem: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; altas habilidades/ superdotação, grande facilidade de aprendizagem dominando rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (CNE/CEB/MEC, Resolução n. º 2/2001, art. 5.º).

2. O PAPEL DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A principal meta da inclusão é tornar o indivíduo dotado de competências e autonomia, mas o revés disto é proporcionar um modelo assistencial e dependente. Infelizmente as perspectivas tradicionais na educação de pessoas com necessidades educativas específicas, ainda se orientam por conseguir alcançar comportamentos sociais controlados, quando deveriam ter como objetivo que essas pessoas adquirissem cultura suficiente para que pudessem conduzir sua própria vida.

A concepção pedagógica dos profissionais, é que as crianças com necessidades educativas particulares são os únicos responsáveis por seus problemas de aprendizagem, mas dificilmente são questionados o sistema escolar e a sociedade. Considerando o fracasso na aprendizagem às

próprias crianças com deficiência e não ao sistema, pensa-se que são eles e não a escola quem tem que mudar.

É um paradigma baseado na insuficiência, que condiciona o destaque no que a criança não sabe fazer do que aquilo que ela pode realmente executar. Assim, esse modelo torna-se central na necessidade do especialista, e se busca um modo terapêutico de intervir, como se a resolução dos problemas da diversidade estivesse sujeita à formação de especialistas que se fazem profissionais da deficiência.

A escola inclusiva é aquela onde o padrão educativo substitui essa lógica e proporciona, em primeiro lugar, o estabelecimento de ligações cognitivas entre os alunos e o currículo, para que obtenham e desenvolvam estratégias que lhes permitam resolução de problemas da vida cotidiana e preparação para aproveitamento das oportunidades que a vida lhes forneça. Às vezes, essas oportunidades lhes serão dadas, mas, na maioria das vezes, terão que ser construídas e, nessa construção, as pessoas com deficiência têm que participar ativamente. Urge a necessidade da criação de uma cultura particular de incluir com eficiência, uma vez que cada escola se programa de uma forma.

Segundo Rosa, a escola inclusiva tem sua própria cultura e valores:

> A escola tem se mostrado uma instituição social ímpar no projeto de modernidade. Embora não sendo única, ela tem ocupado posição central na sociedade, assumindo uma centralidade que a tem levado, não ao exercício de funções subordinadas em relação a outras instituições, mas ao exercício de manter relações de reciprocidade com as outras instituições sociais, participando da formação dos novos valores da sociedade. A partir de uma cultura que é muito própria de cada unidade escolar, a escola tem sido responsável por contribuir para a criação de outro tipo de homem. Um homem novo para uma sociedade moderna. Uma sociedade em que a passagem pela escola torna-se uma das marcas de todo e qualquer indivíduo, acabando por tornar-se parte constituinte de sua identidade. (2003, página 34)

A cultura da diversidade é um processo de aprendizagem permanente, onde todos devem aprender a compartilhar novas concepções e novos comportamentos de relações interpessoais. A cultura da diversidade é uma nova maneira de educar que parte do respeito à diversidade como valor.

3. POTENCIALIZANDO O CURRÍCULO PARA UMA INCLUSÃO EFICIENTE

Potencializar a inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular acredita-se que só terá os efeitos desejados se, essa inclusão tiver como ilação a integração, e se for consentida por toda a comunidade escolar. Sabe-se que os propósitos da inclusão do aluno com necessidades educativas especiais na escola, requer que se trabalhe todo o contexto onde o processo deve ocorrer.

As teorias pós-críticas da educação têm a visão de várias contribuições nesse sentido. Silva (1999) ao comparar as conexões entre currículo e multiculturalismo, explicita o sentido da diferença e identidade, os vínculos entre conhecimento, identidade e poder, permitindo que se aprofunde na questão da desconstrução das narrativas e das identidades nacionais. A atitude racista, e porque não dizer também, a atitude discriminatória ante alunos com necessidades educativas especiais, pode ser vista através das teorias críticas da educação como o resultado de uma complexa dinâmica da subjetividade, que inclui contradições, medos, ansiedades, resistências e cisões.

As teorias são abrangentes quando se trata desse trabalho, desde que a inclusão desse aluno no ensino regular é concebida pela perspectiva da integração e a análise do conceito de diferença, classificação, enquadramento, identidade e poder, proporcionado por essas teorias. O currículo pode ser concebido de outra forma.

4. ESCLARECENDO A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A deficiência auditiva, conhecida como surdez, é fundamentada na perda parcial ou total da capacidade de ouvir, isto é, um indivíduo que manifeste um problema auditivo. É a ausência parcial ou total da audição, ocasionada por motivos genéticos, lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo.

Quando a incapacidade de audição atinge menos que 50 decibéis e pode ser sanada com aparelhos e acompanhamento terapêutico ela é considerada deficiência auditiva moderada. Em graus mais avançados, como na perda auditiva severa, a pessoa não consegue ouvir sons abaixo dos 80 decibéis, e existe a profunda, não escutar sons emitidos com intensidade menor que 91 decibéis, aparelhos e próteses ajudam parcialmente, mas o aprendizado de Libras e da leitura orofacial, sempre que possível, é recomendado.

As perdas auditivas acima desses níveis são consideradas casos de surdez total. Quanto mais grave for o grau de deficiência auditiva, o indivíduo encontra muita dificuldade de se apropriar da linguagem oral. É importante lembrar que a perda da audição só pode ser diagnosticada por um médico especialista ou por um fonoaudiólogo.

É considerado surdo todo o indivíduo cuja audição não é funcional no dia a dia, e considerado parcialmente surdo todo aquele cuja capacidade de ouvir, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

É necessário frisar a diferença entre surdez e deficiência auditiva. A primeira é congênita, o indivíduo nasce assim,

por problemas genéticos, a segunda é adquirida por lesões ou doenças no decorrer da vida. Tendo a oportunidade de utilizar aparelhos auditivos ou a intervenções cirúrgicas, dependendo do grau da deficiência auditiva, a fim de minimizar ou corrigir o problema.

5. A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS

A Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) abrindo novos caminhos para a comunicação com pessoas que possuem deficiência auditiva. Como qualquer outra língua, a Libras possui suas normas, padrões e regras próprias.

Segundo Brito (1995), a estrutura da Libras é constituída de parâmetros primários e secundários: configuração da mão, ponto de articulação, movimento e disposição das mãos, orientação da palma das mãos, região de contato e expressões faciais.

As características que trazem a definição dos ajustes das mãos com os elementos do corpo, remetem à Libras uma organização dos movimentos gestuais e das expressões por ela divulgada.

A Libras precisa ser respeitada como língua, pois se apropria do mesmo papel da linguagem oral: a comunicação. De acordo com Quadros (1997), elas têm os mesmos ideais e necessidades naturais e específicas dos seres humanos de utilizarem um sistema linguístico para exprimirem convicções, sentimentos e ações. Dessa forma, a língua de sinais teve sua gênese da necessidade dos surdos se comunicarem e participarem como parte integrante do seu meio, uma vez que apresentam dificuldades na aquisição da língua oral.

6. A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS OFICIAIS DE SÃO PAULO

A atual proposta da Educação ainda não contempla garantia e condições satisfatórias para ser considerada efetivamente "inclusiva". Para que aconteça a educação inclusiva é necessário que haja educadores capacitados, escola adaptada às necessidades desta criança com deficiência, que necessita de atendimento especializado, como a Secretaria de Educação Especial (2004, p. 07) explicita:

> [...] a escola, o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia-a-dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais, têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno.

Dessa forma, Mittler (2003) reflete, "[...] a crianças são consideradas especiais apenas porque o sistema educacional até então não foi capaz de responder às suas necessidades". É essencial que a instituição educacional mantenha atenção aos interesses, características, dificuldades e resistências apresentadas pelos alunos no dia-a-dia e ao longo do processo de aprendizagem. Assim, o ambiente escolar precisa propiciar um espaço aberto, acolhedor, preparado e disposto a atender às peculiaridades de cada um.

Mazzotta (1998) ressalta a importância de não segregar os portadores de deficiência em:

> Construir uma educação que abranja todos os segmentos da população e cada um dos cidadãos implica uma ação baseada no princípio da não segregação, ou, em outras palavras, da inclusão de todos, quaisquer que sejam suas limitações e possibilidades individuais e sociais. Todavia, para a conquista da educação escolar que não exclua qualquer educando, particularmente os portadores de deficiência, é preciso que se entenda que a inclusão e a integração não se concretizam pela simples extinção ou retirada de serviços ou auxílios especiais de educação. Para alguns alunos tais recursos continuam a ser requeridos no próprio processo de inclusão e integração, enquanto para outros eles se tornam dispensáveis. O ponto fundamental é a compreensão de que o sentido de integração pressupõe a ampliação da participação nas situações comuns para indivíduos e grupos que se encontram segregados. Portanto, é para alunos que estão em serviços de educação especial ou outras situações segregadas que prioritariamente se justifica a busca da integração. Para os demais portadores de deficiência, deve-se pleitear a educação escolar baseada no princípio da não segregação ou da inclusão.

Os alunos surdos carecem de metodologia, recursos didáticos e equipamentos especiais para corrigir e desenvolver a fala e a linguagem, para que, assim, a inclusão tenha caráter integral, resultando desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino, integrando a educação especial ao sistema educacional hodierno que é o meio de formar cidadãos conscientes e participativos.

A integração educativa deve proceder da possibilidade que a sociedade proporciona a cada indivíduo, de assegurar iguais direitos, mesmo com possibilidades diferentes, baseadas em uma escola para todos, com total igualdade; ou seja, para que a emancipação do indivíduo seja alcançada é necessário que ocorra a autonomia do educando.

Para que as escolas possam favorecer a inclusão dos surdos há necessidade de se adequar e de nova metodologia no âmbito educacional visando a possibilidade de distintas maneiras de relacionamento, entre alunos surdos e os demais membros da escola, incluindo todos que fazem parte desse convívio diário.

Para que se efetive uma inclusão satisfatória, é necessário modificar as políticas de educação e, também, as abordagens utilizadas em sala de aula; ou seja, o método didático-pedagógico, escolhidas pelas escolas, tendo em vista que será, a partir desses métodos, que os surdos e os ouvintes poderão dividir e trocar experiências. Será a partir dessa mudança que a escola passa a ser efetivamente inclusiva e possibilita a troca e o convívio entre os alunos, independentemente de o mesmo ter ou não algum tipo de deficiência, como faz referência a Secretaria de Educação Especial, (2004, p.09):

> [...] a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico.

7. O PAPEL DA FAMÍLIA EM PROL DE UMA INCLUSÃO EFICIENTE

Reis (1997) comprovou em seus estudos que os pais temem quando pensam nos obstáculos que os filhos surdos passarão para se comunicar efetivamente com outras pessoas, consequência do direcionamento oral, clínico e educacional inserido na vida da criança surda.

É imprescindível que os pais recebam orientações adequadas referentes à importância das LIBRAS para o desenvolvimento da criança, sobre as possibilidades que essa língua oferece para a criança se comunicar de maneira clara, contar-lhes sobre suas brincadeiras, aprender seus ensinamentos e adquirir conhecimento, com certeza evitariam transtornos e prejuízos, e principalmente os problemas emocionais a que estes são submetidos.

Aceitar a surdez e a LIBRAS é um passo muito importante tanto para criança quanto a família para que se efetive a modalidade comunicativa. Este passo deve ser dado o mais rápido possível, acarretando assim condições de novas aquisições, impulsionando seu desenvolvimento linguístico.

Dessa forma, a família exerce papel determinante para estabelecer a Língua de Sinais, como língua funcional no discurso da criança surda nos primeiros anos de vida. Quando a criança é isenta deste acompanhamento familiar, apresentará, muitas vezes, resultados insatisfatórios quanto ao desenvolvimento de linguagem e comunicação, o que irá prejudicá-la emocionalmente. A família é o alicerce para a criança e quando esta base não está firme advirão consequências para o desenvolvimento, gerando comportamentos agressivos e frustrações.

Kyle (1999) considera a língua de sinais algo natural para o surdo, pois é assimilada de forma rápida e espontânea, por isso a criança surda precisa ter acesso à língua de sinais o mais cedo possível, antes mesmo do seu ingresso na escola. Daí a necessidade de a criança surda, filha de pais ouvintes, bem como de sua família ter contato com adultos surdos, usuários de língua de sinais.

O bilinguismo estabelece o acesso da linguagem oral e aos conhecimentos sistematizados, dando prioridade a educação construída a partir de uma primeira língua, a de sinais, e consequentemente ocorrer à aquisição da segunda língua, o português oral e/ou escrito. Fazendo-se integrar na comunidade surda. O trabalho bilíngue educacional respeita as particularidades da criança surda, estabelecendo suas capacidades como meio para essa criança realizar seu aprendizado.

A Educação Bilíngue para os Surdos investiga a validação da surdez sem pretender transformações culturais e de identificação do sujeito surdo. Segundo essa proposta, o indivíduo ao adquirir uma língua natural é capaz de se desenvolver plenamente, vivenciando, aprendendo e se comunicando, além de se identificar com sua cultura.

Assim sendo, o paradigma bilíngue linguístico e cultural luta para que seja assegurado ao sujeito surdo o direito de aprender a LIBRAS e que está o ampare, não só no alcance da segunda língua majoritária, mas que assinta sua real integração na sociedade, pois ao adquirir uma língua estruturada o surdo pode criar concepções e oportunidades, participando ativamente do convívio em seu meio. Dentro dessa proposta, Lacerda & Mantelatto (2000) afirmam que o bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, consequentemente, um desenvolvimento integral.

O maior benefício do bilinguismo para o surdo é a apropriação de utilizar simultaneamente os mecanismos das duas línguas adquiridas, mas é importante assimilar o que Góes (1999) previne, quando se refere à limitação da surdez para o aprendizado da língua oral. Conseguinte desse fato pode aparecer dificuldades quanto ao seu uso, o que, porém, não impedi a aquisição em alto nível da modalidade escrita. Mas para que o indivíduo surdo seja consentido como bilíngue é preciso que ocorra primeiro a aceitação da LIBRAS pela sociedade, na qual esta não é tida como língua, e sim como "gestos" e "mímicas", desconhecendo-se sua composição linguística, bem como seus constituintes fonológicos, morfológicos e sintáticos.

A linguagem, segundo Reis (1997), será produzida nas interações estabelecidas pela criança, pois a aquisição do sistema linguístico surge da reorganização de seus processos mentais. A autora também afirma que a linguagem apresenta grande importância na formação da consciência, promovendo a ampliação da percepção de mundo, assegurando o processo de abstração e generalização, sendo, então, o elo de transmissão de informação e cultura entre a criança e o mundo.

Quando a pessoa surda só convive com a comunidade ouvinte, e se isenta de contato com outros surdos, sua surdez tende a ser ofuscada e depreciada. O estigma de deficiente intensifica-se a cada dificuldade que essa pessoa irá encontrar para se igualar com o ouvinte. É importante que o surdo se mantenha integrado em sua comunidade, se relacione com seus pares, sem se isolar da comunidade majoritária. O objetivo dessa interação é a constituição da identidade surda, de se aceitar como uma pessoa normal, com potencialidades e limitações, apenas surda.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A inclusão que vem acontecendo atualmente, não passa de uma integração unilateral, onde a escola não muda para receber o surdo. O bilinguismo acredita numa proposta bilateral. Onde o surdo se transforma para entrar na escola e a instituição também para recebê-lo. Já foi comprovado pela neurolinguística que a LIBRAS auxilia na aprendizagem oral. Por isso o bilinguismo defende a participação ativa de surdos adultos na educação da criança surda. Por que se não tiver professor surdo, não tem modelo bilíngue.

Integrar é bem diferente de incluir, e inclusão de surdos só pode existir quando, o surdo participa, quando ele expressa ideias, sentimentos, quando ele pode ser quem ele realmente é. Nesse sentido, conforme a língua de sinais não demonstra impedimentos em seu processo de aprendizagem deveria ser a prioridade apara os surdos e a língua portuguesa, pelas especificidades apresentadas em seu processo de aprendizagem, sua segunda língua. A interação precoce com adultos surdos, usuários da língua de sinais, favorecerá o processo de identificação linguístico-cultural e a formação da identidade de crianças surdas.

Atualmente, no Brasil, existe uma variedade imensa de classes consideradas especiais, salas de recursos; ou seja, espaço educacional para surdos dentro de escolas regulares, assegurando-lhes seu direito de escolaridade. Pode-se verificar, claramente, a necessidade e a eficiência dessas salas de recursos, tendo como princípio a qualidade do atendimento dado nestes espaços de educação, possibilitando que o educando surdo consiga demonstrar suas potencialidades, em conformidade com espaço a ele dado.

Para finalizar esta pesquisa que propiciou conhecer como incide, efetivamente, a educação dos surdos e como ocorre, de fato, a inclusão destes nas escolas, em seus três âmbitos, é importante salientar que existem escolas inclusivas, nas quais os surdos estão inseridos; mas, há, também, escolas que se reconhecem como tal, mas que não propiciam condições inclusivas para esses alunos, necessitando se adequar para que, dessa forma, possibilite, de fato, um ensino de qualidade aos surdos, assim como aos demais alunos com algum tipo de deficiência, para que estes tenham de fato possibilidade de demonstrar suas potencialidades de desenvolvimento como todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL. Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e das outras providencias**.

BRASIL. Parecer CNE/ CEB/MEC, Resolução n.º 2/2001. **Dispõe sobre as diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**.

FERREIRA BRITO, L. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O trabalho protegido do portador de deficiência (histórico)**. Advocacia pública e sociedade. São Paulo, v.1, n.1, Max Limonad, 1997. Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, p.135-139.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria. Cecília de S. (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LACERDA, C.B.F.; MANTELATTO, S.A.C. **As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos**. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue**. São Paulo: Plexus, 2000. p. 21-41.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil**. 3ª edição, Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

REIS, V.P.F. **A linguagem e seus efeitos no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança surda**. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 6, p. 23-38, 1997.

Rosa, Suely Pereira da Silva. **/Educação inclusiva**. X. ed — Curitiba: IESDE Brasil.A. 2003.

Silva, A.B.P. (2000). **O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor**. Dissertação de Mestrado, Faculdade Educação da Unicamp, Campinas, S.P.2000.